

Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios*

Pablo Stefanoni**

Resumo:

O que mudou na Bolívia durante o primeiro governo de Evo Morales? Neste artigo, analisam-se as políticas públicas do governo boliviano, com ênfase na radicalização democrática, os avanços na construção da igualdade social, a relação com as forças armadas, os marcos ideológicos e modelos de desenvolvimento. Assim, é possível identificar continuidade e rupturas, moderação e radicalidade e potencialidades e limites do atual processo de mudança que vive a Bolívia desde 2006.

Palavras-chave: Evo Morales. Colonialismo interno. Estado. Desenvolvimentismo. Comunitarismo.

Tiwanaku outra vez: em 21 de janeiro de 2010, o recém reeleito presidente boliviano – com esmagadores 64% dos votos – repetiu a cerimônia de sua ascensão, quatro anos antes, quando chegou à presidência carregando consigo as esperanças coletivas de milhões de indígenas que sentiam que entravam com ele no Palácio Quemado. Ali, onde o vento gelado se alterna com o sol arrasador, Evo Morales foi ratificado como o líder espiritual dos indígenas da América. Os locutores não descreveram a “energia cósmica” e “a comunhão entre o político e o espiritual” que se encerram nestas ruínas erguidas em meio a uma despojada paisagem andina, marcada por um horizonte de imponentes (e sagrados) picos nevados.

* Tradução de Ramon Casas Vilarino.

** Jornalista e economista (UBA); diretor do *Le Monde Diplomatique*, edição boliviana; correspondente dos jornais *Clarín*, *El Manifiesto* e do semanário *Brecha*, do Uruguai, em La Paz. Partes deste texto foram apresentadas na conferência “A esquerda no Governo II. Comparando Europa e América Latina”, Fundação Rosa Luxemburgo, Bruxelas, de 27 a 29 de junho de 2010. End. eletrônico: pablostefanoni@yahoo.com.ar

A cerimônia era, só em aparência, igual à de quatro anos antes: se em 2006 tratava-se da chegada ao poder do primeiro presidente indígena, agora, o líder cocalero controla (quase) todo o poder. Alguns anunciaram: “um só país, um projeto, um líder”, e vários opositores fugiram do país para evitar os tribunais. Outros se juntaram surpreendentemente e de forma pragmática ao “processo de mudança”. No entanto, conforme o vice-presidente Álvaro García Linera, está claro que a eleição de Morales “simboliza a ruptura de um imaginário e um horizonte de possibilidades restrito à subordinação dos indígenas”. As hierarquias, os estamentos, as discriminações perdem força ou se desvanecem no ar. A cerimônia indígena incluiu um ritual dedicado a cada um dos quatro pontos cardeais, sob o som inquietante e solene de *pututus* (instrumentos de sopro tradicionais) e tambores. “Símbolo da unidade entre nós e a mãe terra” – insistia o locutor. “Neste novo milênio, a melhor forma de defender os direitos humanos é defendendo os direitos da natureza”, afirmou Morales alguns dias antes de ir ao cinema, segundo ele pela terceira vez na vida para ver *Avatar* a pedido de sua filha de quinze anos, filme que considerou “uma mostra profunda da resistência ao capitalismo”.

Porém, o tom cosmológico com ares new age da cerimônia pode levar a erro: a campanha eleitoral que conduziu o mandatário boliviano teve um tom fortemente desenvolvimentista. O vice-presidente Linera falou de um “grande salto industrial” e da compra de um satélite de comunicações chinês batizado *Túpac Katari*, em homenagem ao líder anticolonial aymará que foi esquartejado pelos espanhóis. Estas foram duas das principais promessas eleitorais do Movimento ao Socialismo (MAS), visando a modernização das comunicações do país. Morales afirmou, inclusive, que seu sonho é que todos os camponeses possam pastorear suas lhamas falando ao celular com seus parentes na Argentina ou na Espanha.¹

Neste contexto, cremos que uma análise cotejando a relação entre os discursos e as práticas nos permitirão sair de dois clichês que costumam acompanhar a análise das experiências dos governos progressistas sul-americanos: primeiro, a tese das “duas esquerdas”, que desvaloriza os contextos institucionais e as culturas políticas das diferentes guinadas à esquerda². E, como assinala Marc Saint-Upéry

¹O slogan do MAS para as eleições regionais de 4 de abril de 2010 foi “MAS desenvolvimento”.

²Por exemplo, é muito diferente chegar ao poder em contextos de implosão do sistema político e demandas populares de refundação nacional (Venezuela, Bolívia, Equador) do que em países onde o sistema de partidos permaneceu vigente (Chile, Uruguai, Brasil). Enquanto nos primeiros a guinada à esquerda se produziu paralelamente a uma série de rebeliões sociais, no Brasil ou Uruguai se fez sem elas, inclusive em contextos de refluxo social. Sobre duas perspectivas opostas neste tema, ver Tamírez Gallegos (2006) e Vargas Llosa (2006). Neste último, o filho do escritor peruano divide as esquerdas entre “carnívoras” e “vegetarianas”.

(2008), “parece ser um dos refrões preferidos dos editorialistas sem imaginação, de cientistas políticos superficiais e de ideólogos preguiçosos”. Em segundo lugar, nos distanciamos de termos como “populismo” ou “neopopulismo”, que costumam ocultar (e desqualificar) mais do que explicar e apoiamos a irônica sugestão de Saint-Upéry de “declarar cinco anos de moratória no seu uso”.

Abaixo, propomos explorar o que mudou nestes mais de quatro anos de governo de Evo Morales. Para isso, vamos nos deter na análise da radicalização democrática, nos avanços em relação à igualdade social, a relação com as forças armadas e os marcos ideológicos e modelos de desenvolvimento, temas que, sem dúvida, fazem parte de uma agenda governamental de esquerda.

Radicalização democrática?

As esperanças de aprofundamento da democracia e de superação do “colonialismo interno” – um dos principais obstáculos à igualdade – foram sintetizadas na Assembléia Constituinte e na elaboração de uma nova Constituição, que, apesar do ambiente de conflito em que se desenvolveu (Svampa, Stefanoni e Fornillo, 2010), conseguiu ser aprovada no final de 2007 – sem a presença da maioria da oposição – e referendada com êxito em janeiro de 2009, após uma negociação parlamentar que mudou vários dos artigos-chave aprovados na convenção, ainda que houvesse se declarado soberana: o sim obteve mais de 60% dos votos.

A nova Carta Magna promove uma ampliação dos direitos políticos e sociais, individuais e coletivos, e introduz uma série de inovações que incluem o “caráter plurinacional e comunitário” do Estado, reconhecendo as “36 nações originárias” que formam a Bolívia (cada idioma nativo é oficial em sua zona de influência e os empregados públicos deverão aprender obrigatoriamente um deles). Ainda, separa-se o Estado da religião, permite a reeleição presidencial uma única vez e incorpora a figura do referendo revogatório para presidente, governadores e prefeitos por iniciativa dos cidadãos. Porém, sem dúvida a principal inovação do texto constitucional é a substituição do Estado unitário por um novo Estado autônomo, que compreende também autonomias departamentais e indígenas. Estas últimas permitem a eleição de autoridades locais por meio de “usos e costumes” e reconhecem a justiça comunitária nas jurisdições “indígena-originária-campesinas”, que deverá ser acatada por todas as autoridades públicas.³ Além disso, estabelece que os juízes do Tribunal Supremo de Justiça e o Tribunal Constitucional serão eleitos (pela primeira vez em dezembro de 2010) por sufrágio universal, entre os

³Isso introduz numerosos debates filosófico-políticos sobre a igualdade perante a lei, a universalidade da justiça e a coexistência de sistemas jurídicos paralelos.

postulantes de uma disputa previamente aprovada pela Assembléia Legislativa Plurinacional (Congresso). Um artigo que gerou polêmica – e se materializou na nova Lei Anticorrupção – é o que estabelece a retroatividade dos delitos econômicos contra o Estado, que, ademais, são imprescritíveis e em alguns casos (como a privatização de recursos naturais) equiparados à traição à pátria.

Em certo sentido, e sem desmerecer as rupturas efetivas, estas políticas democratizantes representam de alguma forma um aprofundamento das reformas implementadas nos anos 1990, no marco do projeto neoliberal, que promoveram uma série de inovações institucionais como a municipalização do país (eleição popular de prefeitos e autonomia financeira dos municípios) por meio da Lei de Participação Popular, a eleição de deputados uninominais e o reconhecimento do caráter pluriétnico, multicultural e plurilíngue do país. Assim, foi eleito o primeiro vice-presidente aymará: Víctor Hugo Cárdenas (Albó, 1994). Essas “oportunidades políticas” foram aproveitadas por camponeses e indígenas que começaram a ocupar prefeituras e, mais tarde – massivamente – bancadas no Congresso.

Finalmente, a nova Constituição incluiu o “controle social” no lugar do polêmico “quarto poder social” proposto inicialmente. Neste ponto é necessário ressaltar que na Bolívia predomina uma concepção de cidadania mediada, ou melhor, subordinada a identificações corporativas (sejam estas de caráter de grêmio, étnico ou territorial), e é de onde se deve ler a auto-identificação da atual administração como um “governo dos movimentos sociais”⁴. Esta formulação remete – ainda que de maneira ressignificada – ao “co-governo” entre o Estado e a Central Obrera Boliviana (COB) por ocasião da Revolução de 1952, que dava direito à principal entidade sindical de nomear quatro ministros e lhe outorgava poder de veto na mineração estatal. Evo Morales se reúne amiúde com diferentes sindicatos para avaliar a gestão, numa política “cara a cara”, enquanto o partido do governo, o MAS, é uma espécie de “partido indireto”, já que, geralmente, se submete à militância através de organizações populares rurais e urbanas.

Não obstante, os resultados da eleição, como por exemplo de representantes das organizações como ministros, são controversos, seja por sua escassa capacidade de gestão e/ou por seu exagerado apego corporativo, especialmente quando os setores sociais que representam se encontram divididos em diversas organizações com interesses enfrentados ou sob tensão, como mineiros ou cocaleros. Atualmente, ainda que se tenha optado por ministros com perfil mais técnico, a

⁴Não foi por acaso que as mobilizações mais numerosas no processo constituinte foram para manter o status quo: universitários defendendo a autonomia existente, La Paz evitando perder o status de capital, católicos e evangélicos bloqueando avanços em temas como reconhecimento da diversidade ou novos direitos de saúde reprodutiva, etc.

repartição do Estado pelas organizações persiste nos segundo e terceiro escalões do governo. Ao mesmo tempo, os “cercos” sociais ao Congresso - principalmente quando o MAS não tem a maioria de dois terços - para forçar a aprovação de leis, põem em destaque as tensões entre a democracia representativa e a “democracia das ruas”, meio no qual caminha o atual processo de mudança que vive a Bolívia e a própria tensão que implica a revolução na democracia, eixo do discurso oficial. Porém, adicionalmente, a adesão corporativa ao MAS debilita sensivelmente o debate político-ideológico em seu interior, estimulando a identificação do partido de governo como uma via de acesso a empregos estatais e dá lugar a uma democracia corporativa, concebida como uma soma de equilíbrios entre setores agremiados e territoriais no acesso às candidaturas e aos cargos públicos, o que não deixa de ser uma espécie de “democratização do prebendalismo” (Do Alto e Stefanoni, 2010).

Ainda que o poder executivo tenha promovido uma inovadora política de igualdade de gênero em seu interior, com a paridade entre mulheres e homens no gabinete de ministros⁵, são poucos os indígenas, representados pelo chanceler David Choquehuanca e não mais do que duas ministras. De fato, o debate sobre a descolonização ainda não encontrou uma senda político-institucional clara e as autonomias indígenas – concebidas para populações minoritárias – não são suficientes para dar conta dessa população na Bolívia, onde 60% estão na área urbana e os índios atuam num contexto de múltiplas identidades⁶. A nova lei de gestão pública representa um problema à parte: esse objetivo enfrenta uma série de tensões entre níveis de abstração próprios da filosofia política e sua (raríssima) receptividade institucional. Dificuldade que levou parte do indianismo a denunciar a existência de um “entorno blancóide” sobre o presidente Morales que contribuiria para preservar o colonialismo interno.

O certo é que um dos principais desafios dos próximos cinco anos de gestão é a aprovação do corpo de leis que permitam a aplicação efetiva da nova Constituição, e em grande parte vai depender dos próprios atores políticos e sociais a utilização desse aparato legal para aprofundar a democracia e a inclusão.

⁵As mulheres ocupam as pastas da Defesa Legal do Estado, Planejamento do Desenvolvimento, Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural, Justiça, Trabalho, Saúde e Esportes, Meio Ambiente e Água, Desenvolvimento Rural e Terras e Culturas.

⁶Ver, dentre outros, Barragán (2006) e Barragán e Soliz (2009).

Igualdade social?

O eixo das políticas sociais de Evo Morales é o bônus de transferência de renda, financiado com recursos dos hidrocarbonetos, com um critério relativamente universalista. Um de seus principais suportes é o programa de bônus destinados à infância, aos idosos e às mulheres grávidas. Num país com ampla maioria da população na economia informal urbana ou na atividade rural, um dos setores mais vulneráveis é, sem dúvida, o dos idosos sem acesso à aposentadoria.

Dessa forma, o atual governo ampliou a cobertura do Bonosol – criado pelo presidente Gonzalo Sánchez de Lozada nos anos 1990 – às pessoas maiores de sessenta anos, rebatizou como Renda Dignidade e o tornou mensal ao invés de anual. O montante chega a duzentos bolivianos, o equivalente a trinta dólares por mês. No caso das políticas de previdência, o projeto oficial – que está sendo negociado com a COB e outros setores sociais – prevê a redução da idade de aposentadoria para 58 anos e tende a conservar o sistema de capitalização no lugar de contribuição. Ainda que se pretenda substituir as Administradoras de Fundos de Pensões (AFP) privadas por um tipo de AFP estatal e constituir um fundo solidário por meio de tributação de trabalhadores e patrões para sustentar uma renda mínima, vão ser mantidas as contas individuais dos inscritos, o que representa, para além dos detalhes da reforma, uma política econômica moderada⁷.

É importante destacar que as novas políticas nacionalistas não afetaram os bancos (estes nada sofreram além de algumas novas regulamentações). Esse setor não tem participado das tentativas de desestabilização impulsionadas pela burguesia agroindustrial e tem obtido bons resultados em seus balanços. Os dados de contratação de pessoal são um bom indicador: o total de empregados aumentou de 5.950 em 2006 para 9.631 em 2009. Tudo isso nos marcos de uma política macroeconômica “prudente”, baixa inflação e aumentos salariais moderados: o ministro Luis Arce Catacora, formado no Banco Central nos anos 1990, permanece no gabinete desde o início do governo Morales.

No caso da infância, implementou-se o bônus Juancito Pinto, inscrito na Política de Proteção Social e Desenvolvimento Integral do Plano Nacional de Desenvolvimento, que consiste no pagamento de trinta dólares anuais aos alunos de escolas primárias públicas, sob a condição de manterem-se no sistema edu-

⁷Ainda que esteja em elaboração, esse projeto é mais moderado que as mudanças implementadas pelo governo de Cristina Kirchner na Argentina, que eliminou o sistema de capitalização e retomou o sistema de contribuição. Essa proposta, assim como a política de transferência como base da legitimidade oficial – como o Bolsa Família no Brasil – é outra razão para colocar em dúvida a mencionada divisão binária entre duas esquerdas, uma radical socializante e outra socialdemocrata quase neoliberal.

cativo. Tendo em vista a quantia baixa, seu impacto maior se dá nas áreas rurais, onde os níveis de pobreza e evasão escolar são mais elevados e os de circulação monetária menores. Mais recentemente criou-se o bônus Mãe, Menino e Menina Juana Azurduy para mulheres grávidas, que recebem cinquenta bolivianos (sete dólares) por cada exame pré-natal, num máximo de quatro, além de cento e vinte bolivianos (dezessete dólares) por exames pós-parto e cento e vinte e cinco bolivianos por exames médicos das crianças menores de dois anos, a fim de reduzir os índices de mortalidade materna e infantil⁸. Esses programas incitaram outros setores a reclamar políticas estatais de apoio, como os inválidos, que agora são beneficiados com a Missão Solidária Moto Méndez. Esta missão, com apoio cubano e venezuelano nos termos da Aliança Bolivariana para Nossa América (Alba) e como as políticas sociais anteriores das forças armadas bolivianas, entrega “ajuda técnica”, como cadeiras de rodas, muletas, colchões especiais, além de atendimento médico. Ainda com relação à Alba, há na Bolívia centenas de médicos cubanos e se desenvolve o programa Missão Milagre, destinado a operar gratuitamente cataratas e outras doenças oculares com um forte impacto na população marginalizada. Somando-se a esses, o Programa Desnutrição Zero, destinado aos menores de cinco anos, busca atacar um dos problemas mais sérios da Bolívia, a elevada miséria, inicialmente nos municípios mais esquecidos. Porém, tudo isso não é suficiente para melhorar consistentemente os níveis de vida. Mesmo com a elevação do PIB per capita na gestão Morales para 1.363 dólares, ante 942 em 2001⁹, a pobreza continua elevada, não obstante os efeitos benéficos dos bônus. Entre 2005 e 2009 a pobreza no país diminuiu um pouco, de 60,6% para 58,3%, sendo que a rural foi de 77,6% para 73,8% e a pobreza extrema de 38,2 para 31,9% (de 62,9% para 52,7% no campo)¹⁰. Assim, ficam claras as limitações do modelo primário-exportador, ainda que se democratize a distribuição de renda e se defenda a necessidade de avançar-se num novo modelo produtivo.

Segundo o CEDLA, “em 2009, 31% dos trabalhadores ganhava menos que um salário mínimo (100 dólares) e 60% menos que dois salários mínimos, inferior ao custo de uma cesta básica”. Ainda que o governo tenha revertido algumas políticas de flexibilidade no âmbito trabalhista, isso só afeta o setor formal da economia, porém, segundo dados do informe acima, a taxa de empregos informais é de 62% e apenas 23% dos trabalhadores assalariados são sindicalizados – 51 de

⁸Organizações indígenas têm denunciado que as normas do bônus impedem o acesso dos habitantes de regiões onde não há saneamento básico.

⁹Segundo dados do Centro para El Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA).

¹⁰Udape, Ministério de Economia e Finanças. Para mais dados de indicadores de desenvolvimento humano, ver Cusicanqui (2010).

cada 100 no setor público e 14 no setor privado (CEDLA, 2009). As remessas de imigrantes ajudam parcialmente, representando 5% do PIB. No meio rural, o governo se comprometeu a implementar um seguro agrícola contra desastres naturais, ao mesmo tempo em que, em 2006, foi aprovada a Tarifa Dignidade, que reduz em 25% as tarifas de energia elétrica para os usuários cujo consumo é inferior a 70 kilowats/hora ao mês na área urbana, e 30 kwh ao mês no campo. Também, criou-se a campanha de alfabetização com o método cubano “Sim, eu posso”, que ao seu final o governo declarou a Bolívia livre do analfabetismo. Não obstante o êxito do programa obtido em municípios tanto opositoristas quanto de apoio ao governo, a continuação da iniciativa, “Sim, eu posso continuar”, mostra-se mais frágil e perde a mística inicial, pondo em risco os bons frutos gerados, uma vez que, na Bolívia, o analfabetismo é em grande parte funcional. Por outro lado, em que pese o ímpeto inicial de realizar uma reforma educativa através da lei Avelino Siñani, as intenções reformistas nesta área nevrálgica para o processo de mudança foram se debilitando, parecendo priorizar-se o status quo na relação com o professorado, dirigido por um trotskismo corporativo/conservador. Trata-se de uma questão que coloca seriamente em dúvida a profundidade da “revolução democrática e cultural”¹¹.

Na saúde, tampouco se observam transformações importantes, além do trabalho positivo, porém, *ad hoc* dos médicos cubanos presentes nas zonas populares bolivianas. Segue pendente, ainda, a aprovação pelo Congresso de um seguro universal de saúde, o que deverá ocorrer agora que o MAS tem maioria absoluta, cumprindo assim com o texto constitucional, que diz: “O Estado, em todos os seus níveis, protegerá o direito à saúde, promovendo políticas públicas direcionadas a melhorar a qualidade de vida, o bem-estar coletivo e o acesso gratuito da população aos serviços de saúde. O Estado garante o acesso ao seguro universal de saúde.”

Socialismo comunitário?

As definições ideológicas com relação às metas oficiais foram várias, tendo em vista o reconhecimento constitucional de uma economia plural constituída por várias formas de organização econômica: comunitária, estatal, privada e sócio-cooperativa. O vice-presidente Garcia Linera definiu o modelo em curso como

¹¹É possível perceber uma visão folclórica da cultura, nos marcos de certo nacionalismo cultural vinculado à “defesa” de algumas danças e instrumentos musicais frente a outros países vizinhos.

nacional-produtivo (nos marcos do “capitalismo andino”)¹², mas, logo depois, sem perder o conteúdo, o denominou de socialismo comunitário, alinhando o nome à formulação de Evo Morales logo após sua vitória eleitoral em 2006.

Para além das palavras, o eixo do projeto político de Morales é recolocar o Estado na economia, ou seja, nas palavras de Linera, obter o controle de 30% do PIB e, para isso, a medida principal do governo foi a nacionalização dos hidrocarbonetos em 1º. de maio de 2006, fazendo subir a popularidade do presidente a 80%.

O passo anterior à nacionalização foi a Lei de Hidrocarbonetos de 2005, que recolocou a propriedade estatal sobre os poços de petróleo – ante a propriedade privada e livre comercialização dos mesmos quando retirados do subsolo, introduzidos pelas reformas estruturais dos anos 1990 – e aumentou os impostos sobre as empresas petrolíferas. Com a nacionalização, obrigaram-se as empresas transnacionais a firmar novos contratos e o Estado passou a determinar os volumes e preços de exportação, além de retomar o controle de toda a cadeia produtiva através da refundação da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e da nacionalização de refinarias e gasodutos. Isso tudo contribuiu para que o governo conseguisse um superávit fiscal, num contexto de altos preços internacionais de matérias-primas, recursos com os quais se financiam, como mencionado, as políticas sociais.

Contudo, um dos golpes mais sérios sofridos pela estatal petrolífera desde 2006 foi a corrupção, principalmente o episódio protagonizado pelo seu ex-presidente e ex-homem forte do MAS, Santos Ramírez, hoje preso, acusado de firmar contratos milionários com empresas fantasmas e cobrar grandes propinas pela construção de uma unidade separadora de líquidos (Stefanoni, 2009).

¹² “Creio que o conceito de capitalismo andino-amazônico resistiu a sua prova de fogo e o considero um conceito teoricamente honesto e compreensivo do que pode ser feito hoje. Não se faz concessões aos radicalismos idealistas como os que tentaram ler o processo atual, estilo James Petras, porque interpreta a possibilidade das transformações na Bolívia não a partir do desejo nem da vontade somente. O socialismo não se constrói por decreto nem por desejo, se constrói pelo movimento real da sociedade. O que está acontecendo agora na Bolívia é um desenvolvimento particular no âmbito de um desenvolvimento geral do capitalismo. A Bolívia é capitalista no sentido marxista do termo, ainda que não plenamente capitalista, e essa é sua virtude. Pela particularidade do capitalismo local que combina processos de subsunção formal e subsunção real, o chamamos de capitalismo andino-amazônico. Pode ser frustrante para as leituras idealistas, mas, creio que é um conceito honesto intelectualmente, que resistiu ao debate e à realidade. Nosso objetivo não é que seja o que alguém quer; o que dizemos é que as possibilidades de transformação e emancipação da sociedade boliviana apontam para isso, ou seja, reequilibrar as formas econômicas não capitalistas com as capitalistas, potencializar essas formas não capitalistas para que, com o tempo, gerem processos de maior comunitarização que permitam pensar num pós-capitalismo. O pós-neoliberalismo é uma forma de capitalismo, porém, cremos que contém um conjunto de forças e de estruturas sociais que, com o tempo, podem vir a ser pós-capitalistas.” (Stefanoni, Ramírez e Svampa, 2010).

Como pode ser observado, o projeto governamental tem muitos pontos de encontro com o “capitalismo de Estado” dos anos 1950, incluindo o imaginário industrialista. Colocou-se em marcha ou se projetam várias fábricas estatais, como a Papelbol, a Lacteosbol, a Cartonbol, a Azucarbol, além da fundação de uma nova companhia aérea estatal, a Boliviana de Aviação, que busca preencher o vazio da falida Lloyd Aéreo Boliviano. No mesmo sentido, o Transporte Aéreo Militar transformou-se numa companhia comercial.¹³

O projeto desenvolvimentista inclui a mencionada compra de um satélite de comunicações da China, batizado de Túpac Katari em homenagem ao líder aymará anticolonialista, por um montante de 300 milhões de dólares, e um ambicioso projeto de construção de infraestruturas, especialmente estradas (inclusive na Amazônia), eletrificação rural etc., com uma forte demanda social. Em cada 1º. de maio, desde 2006, o governo nacionalizou alguma empresa, a última em 2010 quando o Estado “recuperou” as empresas de distribuição elétrica, sendo que anteriormente havia feito o mesmo com a telefônica Entel, privatizada nos anos 1990. No entanto, a repetição do “repertório de ação” governamental tem um rendimento claramente decrescente, pela importância menor das empresas ainda por nacionalizar e pela previsibilidade dessas medidas.

O governo de Evo Morales aprofundou também uma política de distribuição de terras aos camponeses, por meio da “recondução comunitária” da lei de reforma agrária (Lei INRA, 1996): endureceu as condições para que a terra cumpra sua função econômico-social (FES), priorizou a distribuição de terras de forma coletiva aos camponeses e indígenas, cerca de 15 milhões de hectares, a maioria sob a figura de Terras Comunitárias de Origem (TCO), criada nos anos 1990. Também, retomaram algumas fazendas adquiridas irregularmente e se atacou a exploração de indígenas “cativos” no Oriente e no Sul do país.

Não obstante, ainda que a Constituição após o referendo estabeleça que a extensão máxima da propriedade agrária não pode exceder cinco mil hectares, um acordo parlamentar entre governistas e opositoristas resolveu que essa determinação não será retroativa. Dessa forma, a “revolução agrária” busca atuar por meio do cumprimento da FES e da possibilidade de desapropriação pelo Estado das terras improdutivas, em muitos casos reservadas à especulação (*engorda de terras*). Apesar disso, a saída do influente ministro de Terras, Alejandro Almaraz, deixa algumas dúvidas, uma vez que a nova gestão parece ter uma visão mais *campesinista* que comunitária, num contexto de forte divisão entre indígenas

¹³Com os mesmos objetivos de Estado promotor foi criado o Banco de Desenvolvimento Produtivo, que auxilia setores da produção, especialmente pequenas e médias empresas.

de terras baixas (que defendem as TCO) e de terras altas (muitos dos quais só possuem minifúndios ou surcofúndios¹⁴), cujas organizações acusam os primeiros de ser “terratenedores indígenas”, de possuir grandes extensões de terra para populações demograficamente pequenas, justificadas pela preservação de seus espaços de reprodução ancestrais.

Um dos experimentos mais interessantes do atual processo é a criação da empresa estatal de alimentos Emapa, de apoio aos pequenos produtores e comunidades, especialmente na produção de arroz, trigo, milho, soja e, agora – conforme pedido de Morales – quinua, além de contribuir para a manutenção de alguns preços e combater os atravessadores. Paralelamente, o governo controlou a carestia através da redução temporária das tarifas de importação e/ou a proibição de exportar determinados produtos básicos. Contudo, como demonstra Enrique Ormaechea (2009), o impacto da Emapa e de outras políticas públicas ainda está muito longe de reverter o modelo agrário capitalista-agroindustrial de exportação e melhorar significativamente a produção campesino-comunitária, em meio a processos de urbanização e habitus culturais que conspiram contra as economias camponesas em benefício dos alimentos industrializados.

Governo e forças armadas

A nova Constituição define a Bolívia como “um Estado pacifista, que promove a cultura da paz e o direito à paz, assim como a cooperação entre povos da região e do mundo, a fim de contribuir para o conhecimento mútuo, o desenvolvimento equitativo e a promoção da interculturalidade, com pleno respeito à soberania dos estados”. Mais importante, ainda, no atual contexto regional, é o artigo 10, que proíbe a instalação de bases militares em território nacional.

Não obstante, a administração Morales fortaleceu o papel das forças armadas em suas políticas sociais e nas nacionalizações (que incluem uma ocupação militar transitória das empresas), o que permitiu aos militares melhorar significativamente sua imagem após a repressão à guerra do gás de 2003, quando houve dezenas de mortos e feridos. Recuperou-se, assim, a clássica visão nacional-popular sobre a aliança entre o povo, os empresários e os militares patriotas, que foi retomada por Evo Morales, ainda que sem reativar explicitamente a fórmula cinquentista da “aliança de classes”. Hoje, Morales saúda os militares com um “Pátria ou morte”, ao que estes respondem com um “Venceremos”, numa referência à Revolução Cubana.

¹⁴Menores que minifúndios. (Nota do tradutor)

Nesse sentido, alguns militares ou ex-militares passaram a ocupar cargos políticos, como o ex-governador de Pando, o almirante Rafael Bandeiras, depois da deposição de Leopoldo Fernández em 2008; o ex-presidente da Aduana, o ex-general César López; o ex-cônsul no Chile (embaixador na prática, dada a inexistência de relações diplomáticas formais) e o atual senador do MAS pelo Departamento de Beni, o ex-comandante do Exército Freddy Berzatti. Toda segunda-feira, às sete horas da manhã, Morales se reúne com o Alto Comando Militar, que em muitos casos atua como qualquer sindicato com demandas corporativas.

A política governamental fomenta um reequipamento das forças armadas, cujo material bélico não é renovado desde os anos 1970 (sob a ditadura de Hugo Banzer), e, para isso, se negociou um empréstimo de mais de 100 milhões de dólares da Rússia para compra de armas, aviões e helicópteros, estes últimos para a luta contra o narcotráfico.

A política de julgamento de militares da época ditatorial não é um dos focos do “processo de mudança”. Ainda que a justiça tenha exigido das forças armadas a entrega dos arquivos dos anos 1980 para tentar localizar os restos mortais de vários desaparecidos, entre eles o ex-deputado socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, os militares postergam as informações, enquanto o vice-presidente Linera defende a versão que “não há nada nos arquivos” e acusou o juiz de “exceder-se em suas funções”, o que, por sua vez, faz com que os familiares de presos desaparecidos questionem a falta de firmeza do governo sobre o assunto¹⁵.

Talvez a questão mais polêmica, ainda que não gere discussões internas, é a presença boliviana na missão de paz no Haiti – liderada pelo Brasil – e Congo, com aproximadamente 200 militares em cada uma, mesmo com o questionamento de outros países da Alba sobre a “ocupação” da ilha caribenha. Sobre a energia nuclear, num primeiro momento Morales demonstrou reprovação, mas, com o cerco imposto ao Irã começou a defender seu uso para fins pacíficos.

Ilusão comunitarista x ilusão desenvolvimentista

Nos últimos anos, a Bolívia começou a intervir no debate mundial sobre as mudanças climáticas, e a Constituição busca o princípio do “viver bem” (*sumaj qamaña*) – supostamente vinculado à cosmovisão indígena – em lugar do “viver melhor moderno – ocidental”. Nesse sentido, Morales teve uma participação em

¹⁵“Dei-me conta que as decisões que tomaram os ex-comandantes não se deram porque eles assim quiseram, mas porque estavam submetidos a uma decisão política. Os políticos de então decidiram ou o imperialismo norte-americano decidia o que as forças armadas tinham que fazer”. (La Prensa, 2010).

tom crítico na cúpula climática de Copenhague e convocou uma contra-cúpula em Cochabamba que chamou a atenção mundial. A Assembléia Geral das Nações Unidas o nomeou em 29 de agosto de 2009 Herói Mundial da Mãe Terra pela sua luta pelo meio ambiente, e o dia 22 de abril foi declarado como *Dia Mundial da Pachamama*. No entanto, conforme a socióloga Maristela Svampa (2010), o modelo de desenvolvimento boliviano apresenta uma tensão básica, que poderia sintetizar-se nas seguintes frases:

Como o Viver Bem é muito mais que somente a satisfação de necessidades e o acesso a serviços e bens, além do bem-estar baseado na acumulação de bens, não pode ser equiparado com o desenvolvimento, já que este é inapropriado e altamente perigoso de se aplicar quando queremos construir o primeiro.

Nosso horizonte de grande salto industrial, de Estado social protetor e avanço da descolonização será mais rápido, contundente e mais decidido. (Stefanoni, Ramírez e Svampa, 2010)

Está claro que o discurso eco-pachamámico é preponderante quando feito para o exterior, porque para consumo interno predomina uma retórica mais vinculada ao imaginário desenvolvimentista, com um Estado forte e redistributivo que é muito popular. Com efeito, a Bolívia segue como um país sustentado num modelo essencialmente extrativista, e na gestão Morales é a mineração - especialmente os megaprojetos - a base material do crescimento do PIB: essa atividade explica em 2008 os 40% do crescimento da economia nacional, enquanto que em 2009 foi de 21%. A plataforma tem sido o megaprojeto San Cristóbal, inaugurado em 2007 - controlado pela Sumitomo Corporation do Japão - e em menor medida San Bartolomé, de 2008, cuja gestão está a cargo da Coeur d'Alene Mines Corporation. Assim, após a queda dos preços do estanho nos anos 1980, que acabou com a mineração nacionalizada no país (e com a identidade mineira como eixo da mobilização popular), hoje a Bolívia volta a ser, com orgulho, uma "potência mineradora". Neste momento está pendente a definição das empresas e de que forma será explorado o lítio, sendo que a Bolívia possui uma das principais reservas do mundo e constitui a fonte das renovadas "ilusões desenvolvimentistas".

Tudo isso tem propiciado vários conflitos sócio-ambientais, o último exatamente em San Cristóbal, e o próprio chanceler David Choquehuanca declarou que a mineração "saqueia e não paga pela água" que usa em grandes quantidades. Atualmente está sendo redigido um novo código de mineração que aumentará a tributação e adequará os contratos à nova Constituição (que, ademais, estabelece a consulta às comunidades indígenas) e condicionará as remessas para o exterior. Desta forma, hoje o modelo boliviano está na prática mais perto do neo-extrativismo desenvolvimentista de vários países vizinhos que de um mo-

delo alternativo ao desenvolvimento clássico, cujos fundamentos se encontram difusamente inscritos na fórmula do “viver bem”¹⁶.

“Muitas ONG’s dizem ‘não ao petróleo e à mineração’, porém, do que vai viver a Bolívia? Com que dinheiro vamos pagar o (bônus) Juancito Pinto?”, perguntou Evo Morales para justificar a exploração no norte amazônico do departamento de La Paz, diante das pressões de ONG’s e de indígenas. Svampa observa que

É paradoxal o panorama apresentado pela Bolívia em matéria de desenvolvimento, pois, se está claro que a política de Evo Morales aponta a ruptura de uma visão monocultural do Estado, não é menos certo que, em consonância com outros países da região, reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de commodities do mercado externo.

E acrescenta que

A própria linguagem de Evo Morales está carregada de ambiguidades: para o exterior, apresenta uma clara dimensão eco-comunitarista, principalmente quando se refere às consequências das mudanças climáticas ou propõe à ONU, como assinalamos, uma Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra, com base na filosofia do “bem viver”. Porém, no âmbito interno, o governo reafirma um discurso e uma prática nacional-produtivista, que se coaduna com o paradigma extrativista. (Svampa, 2010)

Na verdade, há a denúncia do modelo capitalista desenvolvimentista/contaminador em escala planetária, porém, pouca reflexão acerca da construção, que obviamente não pode ser em curto prazo, de uma economia pós-extrativista (Gudynas, 2010)¹⁷. Tampouco há uma posição clara sobre os biocombustíveis, além dos discursos de reprovação. Como lembra Jordi Pascual Sala, dentre os planos de infra-estrutura interna estão a estrada Villa Tunari-San Ignacio, que atravessa o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), afetando os povos yuquis, yuracaré e mojeños e beneficiando os colonizadores, cocaleros e comerciantes cochabambinos, e a estrada Apolo-Ixiamas-Porto Chivé, que passa pelo Parque Nacional Madidi (uma das reservas naturais com maior biodiversidade do mundo), prejudicando as comunidades takanas e beneficiando os colonizadores e cocaleros andinos. Além disso, há duas polêmicas represas sobre o rio Madeira financiadas pelo Brasil que permitiriam à Bolívia exportar

¹⁶As declarações de Choquehuanca afirmando que os direitos das mariposas e das formigas vêm primeiro que os direitos humanos não ajudam a legitimar esta perspectiva.

¹⁷A Mesa 18, destinada a tratar de conflitos sócio-ambientais bolivianos, não foi aceita no programa da Cúpula do Clima de Cochabamba.

energia ... ao Brasil. Até agora, a resposta do governo aos setores indígenas (especialmente de terras baixas) e às ONG's ambientalistas foi a acusação de que estão sob influência dos EUA (por meio de sua agência de cooperação, a United States Agency for International Development - USAID), e de que buscam impedir o desenvolvimento do país.

Assim, é possível diferenciar duas grandes correntes no interior do Poder Executivo: uma keynesiana/desenvolvimentista que abarca a maior parte do governo, e uma comunitarista, que, ainda que não tenha muito destaque no gabinete (com exceção do chanceler e do ministro da descolonização), emite um discurso com grande receptividade pública, que, longe de confrontar abertamente o projeto desenvolvimentista (e sustentar suas propostas com um embasamento empírico sério), termina por encobri-lo. O *"pachamamismo"* gera, ao mesmo tempo, uma ideia clara da crise do capitalismo como uma crise civilizatória *tout court* da modernidade ocidental, sem aprofundar as dimensões reais dessa crise e as transformações efetivas nos modelos de acumulação e suas consequências políticas, e, menos ainda, dá pistas sobre possíveis formas de inserção "inteligente" da Bolívia no contexto da globalização capitalista.

O desenvolvimentismo (ingênuo?) enfoca os recursos naturais bolivianos (agora, nas reservas de lítio) sem avançar em projetos de melhoria da educação e construção de uma base científico-tecnológica necessária para seguir por essa via. Com um Estado fraco, pouca densidade técnico-institucional, pode se repetir a história do nacionalismo popular boliviano, quando o "estatismo sem Estado" comprometeu as possibilidades de transformação do capitalismo de Estado como um caminho para projetos de maior autonomia nacional e construção de uma base econômica para um projeto de emancipação. Em síntese, a Bolívia corre o risco de que a discussão enfrente duas ilusões: uma desenvolvimentista (grande salto industrial), sem levar em conta a complexidade do caminho até o desenvolvimento e repetindo os "grandes projetos" dos anos 1950, e outra, a ilusão comunitarista, despregada das expectativas, da realidade sociológica e da indianidade real do século XXI.

Desafios

A Bolívia vive, sem dúvida, um momento de ruptura. Ainda que algumas análises enfatizem que se trata de uma mudança meramente simbólica, não se pode desprezar o caráter performativo dos discursos emancipatórios no contexto do colonialismo interno como o boliviano, onde a grande parte da sociedade foi tratada como cidadãos de segunda classe, na melhor das hipóteses, ou como não cidadãos, na pior. Nesse sentido, se está processando um forte processo de reversão de estigmas e de mudanças de elites. Aqui, residem algumas dúvidas:

será possível que estas novas elites mais “ameríndias” consigam superar o patrimonialismo que deixou mutiladas experiências de mudanças políticas e sociais, em muitos casos honestas? Serão capazes de construir um Estado renovado e eficiente num contexto de declínio das bandeiras neoliberais de “menos Estado, mais desenvolvimento”? Finalmente, conseguirão dar forma ao desejo de mudança profunda numa nova institucionalidade mais democrática, participativa e construtora de igualdade política e social e num novo projeto econômico pós-extrativista? Ainda não o sabemos, porém, o que temos é que, apesar das críticas da direita contra o “populismo”, a Bolívia “não se estrepou com Evo”¹⁸.

Em todo caso, nos mantemos distantes tanto dos “pessimistas” prematuros e desesperançados do processo de mudança e, sem dúvida, conservadores, quanto da ideia da transformação da experiência boliviana em receptáculo das projeções utópicas de quem, permanentemente, busca alguma experiência revolucionária para investi-la com uma série de atributos sustentados no que se quer que seja muito mais do que em verdade é.

Bibliografía

- ALBÓ, Xavier (1994). ...*Y de kataristas a MNRistas*. La sorprendente y audaz alianza entre kataristas y neoliberales en Bolivia. La Paz: CEDOIN-UNITAS.
- BARRAGÁN, Rosanna (2006). Más allá de lo mestizo, más allá de lo aymara: organización y representaciones de clase y etnicidad en el comercio de la calle y las calles del comercio en la ciudad de La Paz de hoy. *América Latina hoy*, n. 43, Salamanca. Disponível em: <http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2474/0>
- BARRAGÁN, Rosanna e SOLIZ, Carmen (2009). Identidades urbanas: los aymaras en las ciudades de La Paz y El Alto. In: ARNOLD, Denise Y. (org.) *¿Indígenas u obreros? La construcción política de identidades en el Altiplano boliviano*. La Paz: Unir.
- CEDLA (2009). *¡No hay derecho!* Evaluación 2009. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA).

¹⁸Parafraseamos aqui um diálogo que transcorre em *Conversación en La Catedral*, de Mario Vargas Llosa (1969), quando o personagem se pergunta: “Cuándo se jodió el Perú?”.

- CUSICANQUI, Juan José (2010). La extrema pobreza cae de 41 a 32% en 12 años. *La Razón*, La Paz, 11 de junho. Disponível em: <<http://www.la-razon.com/version.php?ArticleId=3311&a=1&EditionId=103>>
- DO ALTO, Hervé e STEFANONI, Pablo (2010). El MAS, las ambivalencias de la democracia corporativa... In: VVAA. *La reconfiguración del campo político boliviano*. La Paz: PNUD-Idea Internacional.
- GALLEGOS, Franklin Ramírez (2006). Mucho más que dos izquierdas. *Nueva Sociedad*, n. 205, Buenos Aires, set./out.
- GUDYNAS, Eduardo (2010). La Pachamama: ética ambiental y desarrollo. *Le Monde Diplomatique* - edição boliviana, n. 27, junho.
- LA PRENSA (2010). Una marcha exige archivos del golpe y Evo justifica a FFAA. La Paz, 18 de julho. Disponível em: <http://www.laprensa.com.bo/noticias/18-7-2010/noticias/18-07-2010_1117.php>
- ORMAECHEA, Enrique (2009). *Soberanía y seguridad alimentaria en Bolivia: políticas y estado de situación*. La Paz: Cedla.
- SAINT-UPÉRY, Marc (2008). *El sueño de Bolívar: los desafíos de las izquierdas sudamericanas*. Barcelona: Paidós.
- STEFANONI, Pablo (2009). YPFB: investigan irregularidades. *Clarín*, Buenos Aires, 2 de fevereiro. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2009/02/02/elmundo/i-01850752.htm>>
- STEFANONI, Pablo, RAMÍREZ, Franklin e SVAMPA, Maristella (2009). *Biografía política e intelectual: conversaciones con Álvaro García Linera*. La Paz: Le Monde Diplomatique-Bolivia/Archipiélago Ediciones.
- SVAMPA, Maristella (2010). El laboratorio boliviano. In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo e FORNILLO, Bruno. *Debatir Bolivia*. Buenos Aires: Taurus (no prelo).
- SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo e FORNILLO, Bruno (2010). Al interior de la Asamblea Constituyente: entrevista con Raúl Prada. In: *Balance y perspectivas*. Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung-Ildis/Le Monde Diplomatique-Bolivia.
- VARGAS LLOSA, Álvaro (2006). Can Lula stop Chávez? *The Washington Post*. 24 de maio.
- VARGAS LLOSA, Mario (1969). *Conversación en La Catedral*. Barcelona: Editorial Seix Barral/Nueva narrativa hispánica.